#51 SÉRIE II JUNHO 2022

anti capitalista

No *avesso* do *medo!*

NÃO EM NOSSO NOME!
A apropriação do feminismo pela extrema-direita
P 3

Juntar forças nos setores das telecomunicações e audiovisual
P 6

Contra o ódio e no avesso do medo

Chamava-se Shireen Abu Akleh e era jornalista da Al-Jazeera. Tombou no dia 11 de maio, no exercício da sua profissão, alvejada por uma das balas das forças de ocupação israelitas, no campo de refugiados de Jenin. Peripécias brutais, incluindo uma carga policial sobre o cortejo fúnebre da jornalista, contornaram e contornam este atentado à liberdade de informar. Certo é que a agressão ao momento e ao espaço do luto representa, talvez, uma das mais extremadas definições de profanação, símbolo expressivo da embriaguez desumanizadora. Assim vai o mundo, anestesiado pelo ódio e pelo medo.

É o ódio, em forma de ressentimento e de vingança histórica, que assombra o possível recuo dos direitos das mulheres nos Estados Unidos. Foi a palpitação desse ódio, já concretizado na ascensão e vigência do executivo Trump – ódio bem vivo na dividida sociedade norte-americana – que engendrou a ameaça à proteção constitucional garantida às mulheres que recorram ao aborto. Com 48 anos de atraso, a vingança do conservadorismo reacionário impende novamente sobre as mulheres norte-americanas. Por cá, a possível integração, no Tribunal Constitucional, de um juiz que chegou a sustentar a ilegitimidade da IVG em "investigações médicas" realizadas em contexto concentracionário nazi torna evidente uma tendência que não se acantona em fronteiras específicas.

Aliado ao ódio está essa outra afeção, ingrediente daninho das piores conjunturas e das mais perniciosas consequências – o medo. É o medo que catapulta o populismo, os argumentos de algibeira da xenofobia e do racismo ou o cálculo demagógico da mais descarada extrema-direita. Bem diferente, mas certamente balizado na mesma disposição, foi uma forma de medo que alimentou, em Portugal, uma nova maioria absoluta, cujos efeitos já se fazem sentir na rotina parlamentar: o chumbo ao reforço do apoio a cuidadores e cuidadoras informais; a reprovação de aumentos salariais intercalares na Função Pública; a recusa da revogação do fator de sustentabilidade de todas as pensões. O medo é um penetrante e perigoso gerador de tendências políticas.

Várias formas de medo, versões camufladas de ódio, enquanto a desigualdade social, a emergência climática e o assomo do reacionarismo despontam com crescente impacto e evidência num espaço público monocórdico e empobrecido. Contra isto combatemos, sabendo que este é o combate das ideias, a disputa que não conhece outras armas que não sejam as armas da razão. Desprezamos os discursos armados até aos dentes ou as violências "preventivas", escudadas pelo ódio e aceleradas pelo medo. Acreditamos numa democracia que é o contraponto do medo, que vive no contrário do ódio; uma democracia feita de pluralidade, de encontro de diferenças e de disputas construtivas, em que todos e todas tenham um efetivo lugar. Enquanto anticapitalistas, ativistas de esquerda, cidadãos e cidadãs, insistimos no direito a permanecer no avesso do medo.

2 **Editorial**
Contra o ódio e no avesso do medo

3 **Debate**
NÃO EM NOSSO NOME! A apropriação do feminismo pela extrema-direita

4 **Internacional**
Insubmissão chega às legislativas francesas

6 **Lutas**
Juntar forças nos setores das telecomunicações e audiovisual

7 **Bívora**
Jesus Cripto, o messias das criptomoedas

8 **Leituras/ Escutas/ Em cena**
"SOBRE VIVER: Criolo canta o abismo e a luta contra o bolsonarismo
Djamila Ribeiro, Quem tem medo do feminismo negro?

Dossiê | Roteiro Climático
Maria Manuel Rola
João Garcia Rodrigues
Daniel Martins
Daniel Tanuro

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Torres

Capa Dossiê
João Alves

Participaram nesta edição
Adriano Campos
Alda Sousa
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Daniel Martins
Daniel Tanuro
Hugo Monteiro
João Garcia Rodrigues
José Miguel Ricardo
José Torres
Leonor Figueiredo
Maria Manuel Rola
Miguel Heleno
Nádia Leal
Nélson Silva
Patrícia Felício
Rui Moreira
Tainara Machado
Tatiana Moutinho

Depósito Legal
441931/18

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

A apropriação do feminismo pela extrema-direita

texto de Tainara Machado

A 14 de maio de 2022, ocorreu a Conferência Internacional Feminismo e o combate à extrema-direita, organizada pelo Abril é Agora. Sara Farris foi oradora no painel de abertura, abordando o seu estudo sobre o femonacionalismo. Sara é socióloga e professora na Goldsmiths, University of London, com trabalho de investigação e obras publicadas nos campos da Teoria Social e dos Estudos de Género. Do seu campo de estudos fazem parte os temas das Migrações e da Reprodução Social ou dos Cuidados, por exemplo.

Sara Farris convidou-nos a conhecer e refletir sobre os resultados dos seus estudos e investigação, de modo a percebermos de que modo determinados atores sociais se apropriam de temáticas feministas e as combinam com narrativas xenófobas, conforme dá conta no seu livro In the Name of Women's Rights. The Rise of Femonationalism (2017). Identificar essa prática (a apropriação de temáticas dos movimentos sociais pelo próprio sistema) é de suma importância no espectro da sociedade que vivemos e de uma lógica de combate à extrema-direita e de luta anticapitalista.

A pesquisa de Farris começou há dez anos, quando identificou que a extrema-direita estava a apropriar-se de discursos sobre os direitos das mulheres como argumento político seu. Começou, então, a questionar-se sobre o que estaria acontecendo. Como exemplo deste fenómeno, apresentou quatro situações, das quais destaco a de Éric Zemmour, candidato às eleições presidenciais na França. Zemmour é conhecido por um passado de declarações misóginas, como as de que as mulheres são inferiores aos homens e que devem ficar em casa. Farris chamou a atenção para uma iniciativa de campanha de Zemmour, em outubro de 2021, em Drancy, onde este interpelou uma mulher que usava hijab, perguntando-lhe se o fazia porque o marido a tal a havia obrigado. Apesar de ela responder que o hijab é parte da sua identidade e corresponde a uma escolha religiosa, Zemmour desamarrou a sua gravata e desafiou-a a fazer o mesmo com o hijab, dizendo que se é só um pedaço de tecido, então, ela também o poderia tirar, o que ela acabaria por fazer, respondendo: «Eu respeito-me. O lenço não faz a religião. Você tem a mesma pessoa na sua frente». Farris argumenta que esta situação é de extrema violência. Zemmour recorre ao mesmo discurso com que acusa a mulher de usar o hijab para a convencer a tirá-lo. É de uma performance maniqueísta e violenta absurdamente contraditória que se trata.

A partir da análise desses episódios de mobilização de temáticas feministas, Farris cunhou o termo femonacionalismo, o qual condensa a formação ideológica inerente a um «nacionalismo feminista e femocrático». Este baseia-se na mobilização de temáticas feministas por parte de partidos nacionalistas e de extrema-direita dentro das suas campanhas anti-imigração e islamofóbicas. No seu livro, o enfoque são as campanhas e os discursos de três partidos, em três contextos nacionais diferentes: o Partido Pela Liberdade (Holanda), a Frente Nacional (França) e a Liga Norte (Itália). E estende a análise às posições assumidas por algumas feministas, as quais chama de "femocratas", organizações pela Igualdade de Género e também por representantes de correntes políticas neoliberais. Esses atores distintos exemplificam uma heterogénea e contraditória convergência na invocação da igualdade de género como meio de produção e legitimação de um discurso e práticas xenófobas, particularmente antimuçulmanas. Com esta estratégia, estes têm avançado com os seus próprios objetivos e interesses políticos, os quais são contraditórios a uma agenda de emancipação e de cunho universalista.

Portanto, a estratégia femonacionalista baseia-se sobretudo na assumção de que os homens e as mulheres muçulmanas são os principais representantes do paradoxo opressor-vítima, que depois é projetado e generalizado aos migrantes do Sul global. Este mesmo paradoxo tem alimentado representações e estereótipos implantados durante o passado colonial dos três países em análise e que são também uma parte dos repertórios racistas mais comuns. Com rigor académico, ressalva que a sua crítica ao retrato europeu das mulheres muçulmanas, enquanto vítimas paradigmáticas do patriarcado não-ocidental, não nega, em momento algum, a desigualdade e a repressão a que estas mulheres são sujeitas. O seu estudo explora importantes dimensões político-económicas que na Europa Ocidental são bases destas paradoxais interseções.

texto de
Andreia Galvão e Alda Sousa

Insubmissão chega às legislativas francesas

A França insubmissa é um movimento político criado em 2016 por Jean-Luc Mélenchon, político francês, deputado europeu, formado em filosofia e um ativista do movimento estudantil de Maio de 1968. Mélenchon já tinha feito parte do governo de Lionel Jospin (1997-2002) como secretário de estado do ensino profissional, saindo, no entanto, do partido socialista em 2008 para fundar o seu próprio partido de esquerda. O seu movimento foi, portanto, fundado com o objetivo claro de o eleger em 2017 nas eleições presidenciais, tendo falhado esse objetivo.

Este ano o movimento da França Insubmissa voltou a não conseguir eleger o seu candidato para o cargo presidencial, tendo sido eleito o liberal já presidente, Emmanuel Macron. No entanto, o agrupamento liderado por Mélenchon tem impactado a política francesa, apresentando-se como um novo foco de esperança para a Esquerda europeia. Entre as eleições de 2012 e 2017, o candidato Jean-Luc Mélenchon cresceu de 11,1% para 19,6% apesar de ficar em 4° lugar. Conseguiu mobilizar os eleitores da Front de Gauche mas também eleitores que nunca tinham votado na Esquerda, nem mesmo noutras candidaturas do candidato. O formato do grupo (um partido/movimento), o mesmo modelo escolhido por Macron durante a sua candidatura, permitiu superar parte do sentimento geral de desconfiança em relação aos partidos, passando a dialogar com outros setores sociais.

Além disso, a França Insubmissa conseguiu aliar propostas ousadas com o objetivo de transformar o sistema político e social, de modo a estabelecer a ecologia como o novo centro político. Transmitem essas intenções através de uma estratégia de comunicação inovadora: em 2016 as propostas foram cristalizadas no livro "O futuro em comum", que se desdobrou numa plataforma online com mais de 40 livretos produzidos para cada eixo programático, um web-programa televisivo de 5 horas, apostando fortemente nas redes sociais e no Youtube- até foi criado um jogo um simulador online da reforma fiscal e um jogo online "Fiscal Kombate" onde o personagem de Mélenchon sacode os oligarcas do mundo.

Na noite de 10 de Abril (1ª volta das presidenciais), viveu-se algumas horas intensas de esperança e entusiasmo: à medida que os resultados iam saindo, a diferença de votos entre Le Pen e Jean-Luc Mélenchon ia-se estreitando, aumentando a expectativa que fosse Mélenchon e não Le Pen a disputar a segunda volta com Macron. Tal não chegou a acontecer, mas a diferença ficou-se nos 1,2%. Sim, teriam bastado os votos do PC (2,28%) ou dos verdes (4,63%) para que isso tivesse sido possível e para que se tivessem mudado os dados da política. Nestas eleições, o PS implodiu, passando de 6,36% em 2017 para 1,5% e os republicanos, partido tradicional da direita, passou dos 20% de Fillon em 2017 (3º lugar) para os 4,78% com Pécresse, com um discurso mais radicalizado à direita. Zemmour, candidato da extrema-direita ainda mais radical que Le Pen, obteve 7,1%. Resulta claro que a direita clássica se desfaz e engrossa a extrema-direita. Além disso, Macron teve 27,84% na 1ª volta (24,01% em 2017), mas apenas 58,54% na segunda (66,1% em 2017). Marine Le Pen passou de 21,3% em 2017 para 23,1% em 2022 (1ª volta), mas de 33,9 % para 41,46% na segunda volta.

Há vários anos que as segundas voltas presidenciais têm sido disputadas entre socialistas e republicanos, entre republicanos e extrema-direita e, em 2017 e 2022, entre a nova direita neoliberal representada por Macron e a extrema-direita de Le Pen.

Falhou a tentativa de levar à segunda volta um candidato da esquerda radical que contesta o neoliberalismo, que se opõe aos tratados europeus existentes, que se propõe revogar as leis de trabalho de Hollande, que defende uma rutura ecológica, que combate todas as desigualdades e que fez uma campanha com enorme entusiasmo e participação populares. Contudo, uma análise mais detalhada dos resultados mostra-nos que na maioria das grandes cidades e das suas periferias, Mélenchon é o candidato mais votado (acima de Macron e de Le Pen), recolhendo o voto dos bairros populares, um acontecimento absolutamente inédito. A conjugação destes dois aspetos (voto quase idêntico a Le Pen e ter sido a primeira escolha nos grandes aglomerados populacionais mais populares) configura uma situação única em que a esquerda radical se constituiu num terceiro pólo político.

Esta nova prática de esquerda, apesar de não se ter consagrado em nenhuma grande vitória eleitoral, criou uma nova dinâmica de campanha para as legislativas. Com o novo objetivo de levar Jean-Luc Mélenchon a primeiro-ministro, lançou-se uma campanha que apela à unidade entre os partidos de esquerda na França e os ecologistas.

As eleições legislativas francesas têm um sistema complicado de votações uninominais a duas voltas. A tal ponto que Marine Le Pen tem apenas 6 deputados na Assembleia Nacional, enquanto que a FI tem 17. A proposta de unidade, embora considerada improvável pelo sistema político francês em que raramente o presidente e o primeiro-ministro vêm de partidos diferentes, teve um efeito contagiante, criando uma abrangente aliança entre os comunistas, os socialistas, os ecologistas e os insubmissos. Esta nova aglomeração- Nova União Popular Ecológica e Social (Nupes) já lançou vários candidatos às eleições legislativas em toda a França.

O programa da NUPES (Nova União Popular Ecológica e Social) foi apresentado há poucos dias e pode ser consultado aqui (https://nupes-2022.fr/le-programme/). São 650 medidas detalhadas em torno de questões de direitos, serviços públicos, ecologia e política europeia. Podemos destacar a reposição da reforma aos 60 anos (com 40 anos de descontos), a criação de 1 milhão de empregos climáticos e 300 mil agrícolas, o salário mínimo a 1400€, o direito a não respeitar algumas regras da União Europeia. Ou considerar que tanto os trabalhadores das plataformas digitais como os falsos recibos verdes devem ter um estatuto de assalariados. Ou incluir na Constituição o direito à contracepção e à IVG e o direito a morrer em dignidade (inclusivé de forma assistida).

Cada força terá o seu grupo parlamentar e será instituído um intergrupo. Há o compromisso de votar o OE e leis que emanam do programa em comum, sem prejuízo de iniciativas próprias que possam eventualmente ir mais além. Aliás, na própria introdução ao programa isto é realçado: "Recusamos a facilidade das sínteses sem conteúdo que apenas disfarçam as diferenças (..). No nosso programa partilhado de governo, há 33 medidas (entre as 650) sobre as quais as organizações políticas que apoiam este programa de governo levarão ao debate parlamentar propostas para as precisar. A sua liberdade de voto será respeitada".

Trocando em miúdos: no fim de cada grande bloco de medidas, são claramente explicitadas, quando for o caso, as diferenças entre cada força política e como se pretendem resolver essas diferenças no Parlamento. Para dar um exemplo:

"A FI propõe a retirada imediata da França do comando integrado da NATO e depois, por etapas, da saída da própria NATO(..).

O Partido Comunista propõe a retirada imediata da França do comando integrado da NATO, seguido da dissolução desta.

O Partido Socialista defende a manutenção da França na NATO".

Ou ainda:

"Planificar a passagem das energias renováveis para 100% e a saída do nuclear e abandonar os projectos de EPR (reator pressurizado europeu), planificar o desmantelamento e a reconversão dos sítios nucleares.

No que diz respeito à transição energética, o PCF proporá uma trajetória que combine as energias renováveis e a energia nuclear e não se associa ao objectivo de 100% de renováveis nem ao abandono dos projectos de EPR."

Alguns puristas dizem que o programa da NUPES é mais recuado do que o da Esquerda Plural de Jospin (1997).

Na realidade, que em 2022 seja de novo necessário lutar pelas 35h, pela reposição da reforma aos 60 anos ou por contratos de trabalho não precários, diz menos sobre quem propõe essas medidas e sobretudo diz muito mais sobre quem, da direita clássica ao PS francês, fez ataques brutais aos direitos do trabalho, direitos sociais e aos serviços públicos, o que faz com que algumas das propostas do governo Jospin na altura consideradas tímidas estejam de novo na ordem do dia, 25 anos mais tarde. O programa da NUPES é claramente um programa de rutura com o neoliberalismo.

A diferença fundamental com outras situações de unidade é que hoje a força maioritária nesta coligação não é o PS mas sim a FI. Adivinha-se uma campanha forte, combativa, dinâmica, envolvendo militantes dos movimentos sociais, disputando uma nova relação de forças. E demonstrando que a melhor forma de lutar contra a extrema-direita é dar força à mobilização popular e combater o extremo-centro.

Juntar forças nos setores das telecomunicações e audiovisual

texto de
Rui Moreira e Nelson Silva

No contexto da incerteza que a maioria absoluta saída das últimas eleições trouxe ao panorama laboral, o Bloco organizou no passado mês de Maio um Encontro de trabalhadores dos setores das telecomunicações e dos audiovisuais. Setores com vários problemas em comum: generalização da precariedade, dificuldades ou ausência de negociação colectiva, novos riscos com a generalização do teletrabalho, abusos nos horários e no trabalho por turnos, estagnação salarial, drenagem das empresas pelos acionistas.

São setores dominados por grandes grupos económicos, profundamente liberalizados. Veja-se o caso da Altice, que incorpora um (quase) sem fim de empresas que empregam cerca de 15 mil trabalhadores, directos e indirectos, do quadro da "empresa-mãe" às múltiplas "filhas". O denominador comum neste tipo de projectos empresariais passa por reduzir tanto quanto possível o seu quadro de pessoal, passando fatias cada vez maiores da atividade para prestadores externos. O recurso ao (falso) outsourcing é um esquema para externalizar o vínculo e atirar os trabalhadores para relações laborais com salários baixos e sem contratação coletiva.

As prestadoras de serviços nos call centers e na área das telecomunicações são biombos para as grandes empresas e, elas próprias, ostentam disparidade salarial do topo à base. Nos audiovisuais é dramático e surreal: "pilotos" que contratam "à peça", à jorna, num formato medieval de tratar os seus profissionais. É a precariedade no seu esplendor, de tão abusadora que é mesmo desumana. Na prática, transversal nestas realidades, é transferir compromissos internos (com plano de saúde, benefícios diversos, horário de trabalho regulados, vencimento conforme o tabelado e negociado) para uma realidade paralela (com baixos salários e variáveis muitas vezes inatingíveis, prestação de serviços ou contratos de trabalho mensais renováveis no último dia, imposição do teletrabalho sem garantia de cumpridas as premissas da lei no que a ressarcimento das despesas, por exemplo). A realidade nestes dois sectores é muito inquietante, sendo fundamental a reflexão e a resposta organizada dos trabalhadores.

No fundo, temos dois mundos em contraste: o glamour que acompanha a introdução das tecnologias no nosso quotidiano, com a promessa de liberdade, de acesso à informação, do imediatismo da conexão aos locais mais remotos; e a realidade onde o pão foge da mesa e o incerto é quase tão certo como o relógio bater as doze horas duas vezes por dia, numa exploração ultra-liberalizada e coberta de ilusões.

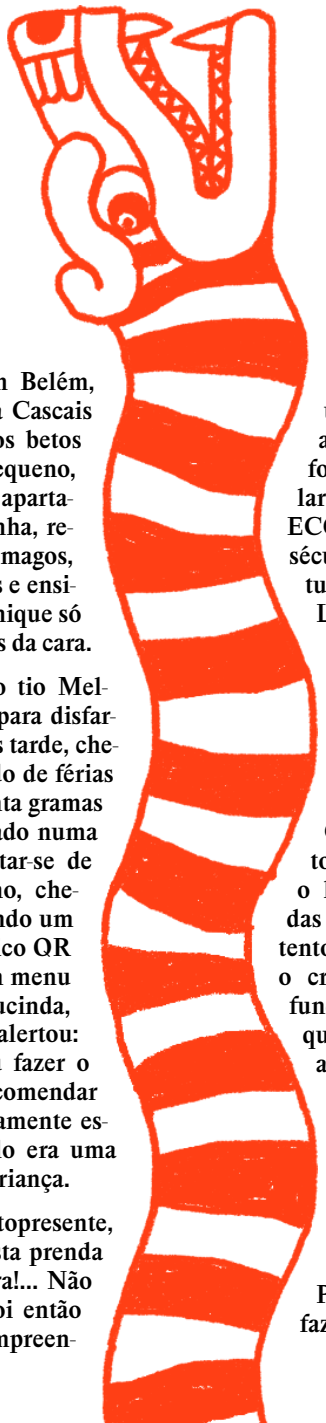
Nesta pressão para a individualização, é comum ouvir entre colegas expressões como "vi muita luta, vi pouca coisa acontecer". Há que mudar este aparente epílogo. A resposta ao desalento é o ânimo para reabilitar a força coletiva, a perspetiva de um sindicalismo para somar e não para sumir. Nestes setores, é possível concentrar forças para um sindicalismo de confiança, que vai à luta pelo salário e que inclui todos e todas para combater a precariedade.

RTP, uma triste montra da precariedade no Estado

A precariedade está longe de ser uma realidade exclusiva do privado, por isso foi tão importante lutar pelo programa de regularização de vínculos precários no Estado, o PREVPAP. A RTP, inspirada pelo velho adágio popular "olha para o que eu digo, mas não olhes para o que eu faço", uma pérolas do sector empresarial do Estado, consegue fazer o pleno no que diz respeito aos piores exemplos de precariedade: falsos recibos verdes de longa duração, falso outsourcing com e sem contrato de trabalho, uma prática prolongada de total desrespeito pelos vínculos e sem reconhecimento do trabalho realizado pelos seus profissionais. Na RTP existe um Acordo de Empresa, mas existir não quer dizer o mesmo que ser respeitado. Normas e princípios são de forma reiterada ultrapassados, quer pelo desconhecimento que os trabalhadores na sua generalidade têm sobre ele, pelas pressões ou ainda pelas novas práticas empresariais de boicote à contratação coletiva. Nomeadamente, a criação de regulamentos internos fora das normas e para esvaziar o que antes foi acordado.
As organizações sindicais, essas, são afastadas das suas funções negociais e fiscalizadoras das relações de trabalho. O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) tem sido usado como uma arma para este efeito. Na RTP e noutras empresas, o RGPD é interpretado de forma abusiva para combater as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT), cerceando o acesso destas a informações essenciais e que são inclusivamente garantidas por lei. Confundem-se propositadamente dados laborais com dados pessoais, transformando este instrumento legal numa forma de combater os direitos dos trabalhadores. É necessário e urgente a clarificação destes mecanismos para devolver às ORT o seu direito à informação e restabelecer algum (já pouco) equilíbrio das relações de poder no trabalho.
Acrescem a toda esta dinâmica as restrições financeiras impostas no setor empresarial do Estado, que têm como consequência trabalhadores desmotivados, com carreiras congeladas e sem que haja qualquer perspectiva de evolução. As funções exigidas superam já em muito os níveis salariais efetivamente remunerados. A tabela salarial da RTP, estagnada há vários anos sem que se preveja uma correção justa, vai passar a ter, pela primeira vez na história da empresa, o seu início "apanhado" pelo salário mínimo. Correndo-se até o risco de, em pouco tempo, se assistir à eliminação de 10 níveis salariais por esta via.
Em suma, tendo em conta a falta de valorização dos seus trabalhadores, os baixos níveis de renovação dos seus quadros e o recurso a políticas displicentes de precarização laboral, a RTP vai sendo calma e paulatinamente transformada numa montra do desrespeito pelos direitos dos trabalhadores por parte do próprio Estado.

Nota introdutória: De entre as várias tragédias com que nos deparámos no ano de 2022, a recente crise no mercado das criptomoedas é certamente a mais grave de todas. Á redação da Anticapitalista chegam todos os dias relatos do horror vivido por gente que deposita a sua fé e o seu dinheiro neste tipo de ativos. Há até rumores de que, se o valo da Bitcoin não tivesse caído para metade, a Iniciativa Liberal teria batido a proposta do Chega pela compra da sede do CDS…A nós, só nos resta respeitar a fé de todos os que acreditam nesta religião. Publicamos, por isso, aqui a vida inspiradora de Jesus Cripto, o messias das criptomoedas.

Jesus Cripto, o messias das criptomoedas



Jesus Cripto nasceu em Belém, mas foi logo viver para Cascais como todos os meninos betos da sua geração. Ainda pequeno, refastelado na alcofa do apartamento na Quinta da Marinha, recebeu a visita de três tios magos, que vieram trazer presentes e ensinar à criança que a gente chique só dá beijinho de um dos lados da cara.

O primeiro a chegar foi o tio Melchior, que trouxe incenso para disfarçar o cheiro da fralda. Mais tarde, chegou o tio Gaspar, regressado de férias da Comporta, com cinquenta gramas de mirra que tinha comprado numa Sunset Party julgando tratar-se de estupefacientes. Por último, chegou o tio Baltazar, carregando um envelope com um enigmático QR code, que fazia lembrar um menu de restaurante. A criada Lucinda, preparando os cocktails, alertou: "a senhora já me mandou fazer o jantar, não precisa de encomendar nada de fora". O tio rapidamente esclareceu que, afinal, aquilo era uma carteira de Bitcoin para a criança.

Perante o inesperado criptopresente, o menino indignou-se. "Esta prenda ainda é pior do que a mirra!... Não era suposto ser ouro?". Foi então que o tio mago, com ar empreendedor, explicou que há uma teoria que diz que as criptomoedas são uma forma moderna de acumular valor. "Segundo o jornal ECO, vão substituir o ouro no século XXI". O menino entusiasmou-se!... Já a criada Lucinda foi ligar ao dentista a pedir para trocar o seu dente de ouro por um dente de Bitcoin, para manter o sorriso alinhado com as tendências do mercado.

Com o tempo, Jesus Cripto convenceu-se de que era o herdeiro da palavra santa das criptomoedas. Um dia, tentou explicar à Lucinda que o cripto-negócio também era fundado num livro sagrado, só que organizado digitalmente através de uma tecnologia chamada block chain. "É um livro de registos descentralizado em que toda a gente sabe de tudo e, por isso, ninguém pode enganar ninguém", explicou o pequeno messias. Para Lucinda, aquilo não fazia sentido, já que a porteira do prédio também sabia de tudo o que se passava e não deixava de ser uma aldrabona. Para além disso, a história do "livro de registos" fazia lembrar-lhe as páginas amarelas. Se fosse para calçar um móvel que estivesse bambo, ainda via utilidade, agora como instrumento de revolução monetária parecia-lhe exagerado.

Durante a sua vida, Jesus Cripto fez alguns milagres que inspiraram uma série de seguidores. Por exemplo, durante uma festa, transformou o dinheiro que a família tinha nas ilhas Caimão em ativos legítimos transferidos para contas portuguesas. "Isto é melhor que transformar água em vinho", agradeceu o tio Baltasar no fim da festa.

Num dia trágico de primavera, chegou ao parlamento uma proposta para taxar as criptomoedas, equiparando-as a ativos especulativos. Para reverter a situação, Jesus Cripto organizou uma ceia com os partidos da direita e alguns empresários, enquanto Lucinda partia o pão e o distribuía pelos presentes em forma de tostas de caviar... Porém, o messias foi traído pelo apóstolo Elon Musk, que fez um tweet negativo sobre a Bitcoin, e na manhã seguinte foi crucificado naquela rede social. Felizmente, o governo lavou aos mãos e, ao terceiro dia de votações, Jesus Cripto foi salvo com a rejeição da proposta por socialistas e liberais.

SOBRE VIVER: Criolo canta o abismo e a luta contra o bolsonarismo

Criolo é a voz vibrante de um Brasil em desatino. Em SOBRE VIVER, o novo álbum do rapper, compositor e cantor que há mais de uma década se alçou para lá das "quebradas" da periferia de São Paulo, ouvimos o choro de um povo mas também os ecos de resistência ao terror bolsonarista.

Em entrevista à Rolling Stone (7 de maio), Criolo descreve como o "álbum fala sobre fé, resiliência... fala mais uma vez sobre esse abismo social que a gente vive, e o que vem com isso. A parte social que já vinha frágil, lutando muito, foi totalmente esquecida, e isso fortaleceu ainda mais essa crueldade que deságua nas ruas, em fome, medo, depressão, sabe? É um país de fome, onde as pessoas estão cada vez mais se sentindo inseguras e tristes. Então, mais uma vez o rap se apresenta como portal para essa troca urgente, necessária. Sempre é hora de falar sobre melhoria. Mas não dá pra falar de melhoria e não falar de tudo o que tá acontecendo".

O canto de revolta já se tinha ouvido em CLEANE (2021). Neste single, lançado em parceria com os Tropkillaz, ouvimos um criolo enlutado pela morte da irmã, uma das 650 mil vítimas de covid-19 num país conduzido por negacionistas: "Quem é de favela sempre isolamento. Dos sonhos que tenho distanciamento. Seu rosto, sua roupa, meu drip do centro. Já sei, copiaram meu drip no centro. O justo e pobre nessa terra morre. A mente brilhante de um ser cantante. Abraçar minha irmã já não tenho mais tempo (Saudade)".

Em SOBRE VIVER não encontramos a pujança musical de Nó na Orelha (2011) ou Convoque seu Buda (2014), mas antes a escrita herege e tortuosa de quem está cercado pelo absurdo e não aceita pactuar com a indiferença. Gravadas em parcerias com Milton Nascimento, Mayra Andrade ou Jaques Morelenbaum, as músicas de SOBRE VIVER são alertas morais para tempos perigosos: "A vala é fria, o jogo é sujo. Luto contra esse absurdo. Mausoléu de ouro e prata pra aquele que rouba tudo. E vala comum ao povo do subúrbio. Tsu-zen na favela, 'cê é quem? Não fui eu que fiz a guerra e todo dia morre alguém. Enquanto isso a elite aplaude seus heróis. Pacote de Seven Boys".

Quem canta assim é nosso irmão e merece a nossa atenção.

Adriano Campos

Djamila Ribeiro, Quem tem medo do feminismo negro?

Nádia Leal

Segundo a ONU, Djamila Ribeiro consta entre as 100 pessoas mais influentes do mundo com menos de 40 anos. Ao olharmos para o seu percurso académico, obras publicadas, produções intelectuais, prémios ganhos, é fácil compreender o seu lugar nessa seleção. No entanto, ao percorrermos as primeiras páginas do seu livro, percebemos rapidamente que havia uma forte probabilidade de que assim não fosse. Mulher, brasileira, negra, filósofa, feminista. Não é difícil perceber porque Djamila teve de lutar tanto pelo seu merecido lugar e por todo o reconhecimento que hoje lhe é atribuído.

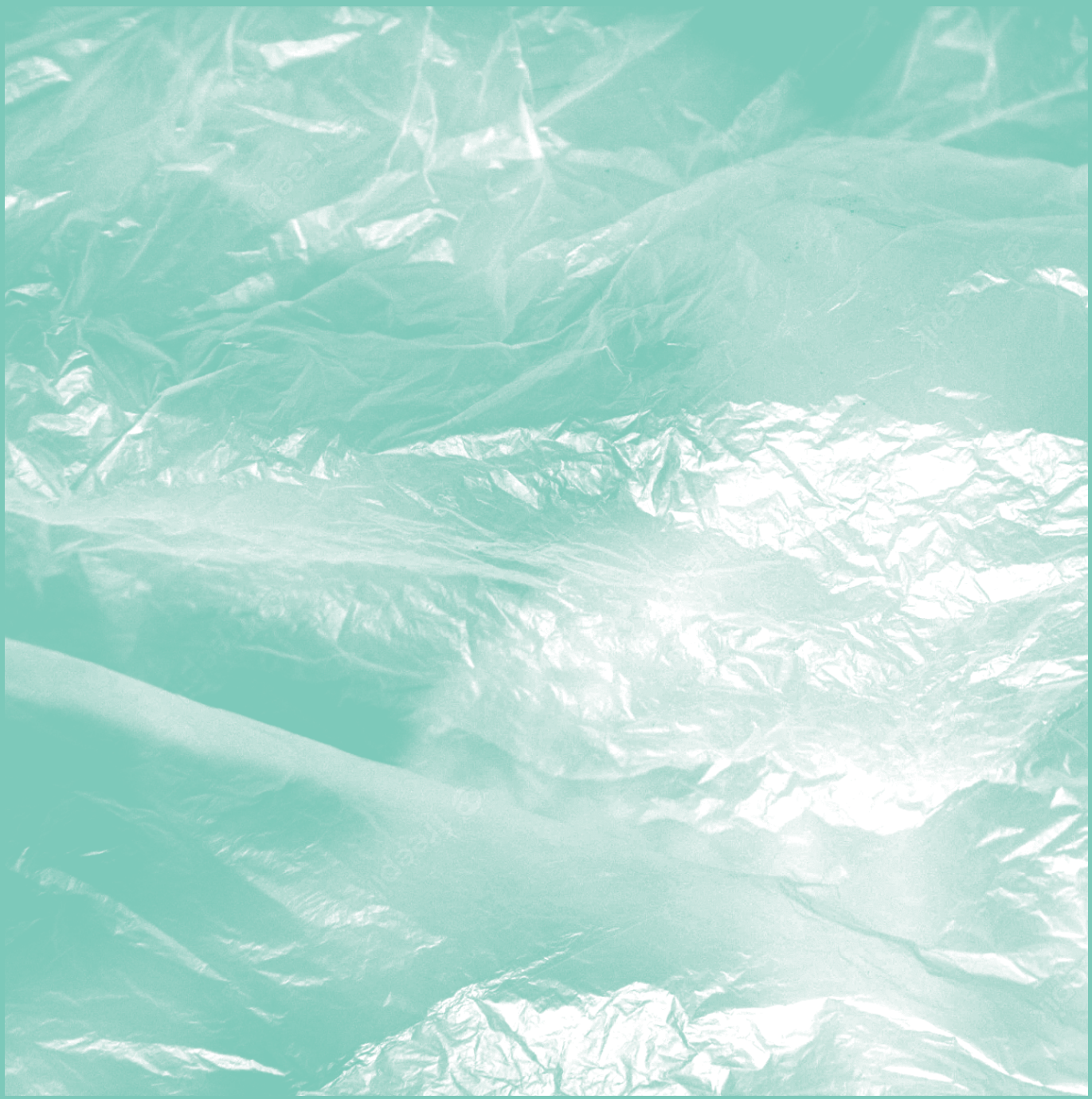
A autora inicia Quem tem medo do feminismo negro? com um inédito ensaio de cariz autobiográfico. Relembra como foi difícil romper com o silenciamento do seu corpo e identidade negra, o preconceito de que foi alvo, as falências da meritocracia, a falta de representatividade que sentiu e a inexistência de contacto com pensadoras negras antes da idade adulta. Djamila aborda em toda a obra o racismo como estrutura hereditária da escravatura, que com a sua abolição trouxe apenas uma falsa liberdade à população negra. População essa que se viu empurrada da senzala para a favela, entregue a si mesma, à pobreza e a marginalização.

O livro conta ainda com mais de 30 textos publicados entre 2014 e 2017 no blog da revista CartaCapital, escritos pela autora. Uma vez que se trata de textos publicados na internet, são curtos e de linguagem acessível. Com o seu discurso mordaz e assertivo, Djamila repesca temas atuais trazendo exemplos concretos para expor as falhas e agressões do machismo, do racismo e até mesmo da falta de interseccionalidade no feminismo. Utilizando esta plataforma digital como lugar de fala, Djamila alerta-nos para factos como a universalização da categoria "mulheres" ter sido concebida tendo por base a mulher branca de classe média – "O feminismo precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes de ser mulher". Ao longo dos seus textos, percebemos a urgência que existe em que a mulher branca reconheça o seu privilégio e passe a olhar para o feminismo negro como parte integrante do feminismo.

Quem tem medo do feminismo negro? é um livro essencial. É um agente ativo de denúncia e também uma ferramenta de consciencialização. Ainda que seja de fácil compreensão, não podemos evitar sentir algum desconforto ao ler esta obra, um sentimento necessário. Nas palavras da própria Djamila - "É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista". É através deste desconforto libertador que poderemos dar início à descolonização do nosso pensamento e trabalharmos para nos tornarmos verdadeiros aliados da luta feminista e antirracista.

#51 SÉRIE II JUNHO 2022

dossiê



Roteiro climático

Roteiro Climático: correr o território, mudar o sistema

texto de Maria Manuel Rola

É unânime, a escala e velocidade de combate às alterações climáticas têm de ser exponenciadas. Para isso, a mobilização tem de ser semelhante à transformação social que necessitamos: total. O diagnóstico também está feito: não podemos exceder mais limites planetários e temos de reverter não só os que ultrapassamos, como a falta de resposta a necessidades básicas a milhares de milhões de pessoas. A produção é cada vez maior, mas temos cada vez mais pessoas a viver em situação indigna. A expansão e crescimento infinito regulado para o lucro, deixam demasiadas de nós na mão, sem resposta nem condições de manutenção da vida. A privatização dos solos, da logística e da distribuição alimentar, aumenta a exploração do território para produção de alimentos que percorrem o mundo. A privatização da energia levou a que não se conseguisse - nem se venha a conseguir sem a sua recuperação - planear e gerir uma transição com interesse humano, que garantisse que o aumento de produção de energia correspondesse a uma cobertura total das necessidades essenciais energéticas. Por outro lado, a transição que se propõe não pode corresponder a uma externalização da produção de combustíveis fósseis para outros países mais pobres, como tem ocorrido. A individualização da mobilidade - e do modo de vida - levou a que milhares de km de ferrovia fossem inutilizados e milhares de kms de autoestradas construídas. As nossas cidades são inóspitas de tanto betão.

Neste cenário, Portugal vangloria-se de ser vanguardista no combate às alterações climáticas, mas esse discurso não resiste a uma viagem pelo território nacional. De Vila Real a Beja, a Vila Real de Santo António, passando pela costa norte, centro ou sul, ou pelas Terras de Miranda, pelo Perímetro de Rega do Mira, pelo Tejo, pelos kms de ferrovia inativa ou pelos kms de rodovia desnecessária, ou pelas explorações intensivas de eucalipto, de abacate, de olival e amendoal. A exploração do território por interesses de extração intensiva, baseada na única lógica de aumento do lucro privado continua a ser o mantra das opções políticas para Portugal - para quem tivesse dúvidas tivemos dois exemplos recentes: falta de cobrança devida de impostos na venda das barragens nas Terras de Miranda e definição de legislação que não assegurava as zonas protegidas no caso da exploração de lítio.

Anteriormente, e com a força do conservadorismo dos ruralistas do PS e PSD, não conseguimos acabar com o Transporte de Animais Vivos para países terceiros e vimos o território ser despovoado por políticas deliberadas de abandono. Com a intervenção destes dois partidos ao longo de décadas foram ainda privatizados os setores mais importantes que nos poderiam ter garantido capacidade de planeamento e gestão públicas para os desafios que temos neste momento. E os próximos anos não parecem mais promissores.

Mas terão de ser. O que discutimos e decidimos - ou não decidimos - nos próximos 4 anos será primordial no combate às alterações climáticas e na garantia que existe uma transição justa, que erradica as desigualdades e que abre a esperança de vivermos um outro mundo, um outro sistema. E é por isso que a luta climática é central e está em todo o metro quadrado de território e em todas as esferas da vida. E é a isso que nos propomos: em todo o território existe mobilização e existe conhecimento e existem ainda exemplos vitoriosos que ultrapassaram inevitabilidades ou o branding legal que o capitalismo lhes apresenta. São exemplos de mobilização sem precedentes, como ocorreu em Foz Côa em 94 ou como ocorreu recentemente em Viana para a proteção da Serra d'Arga, ou como ocorreu a sul com as mobilizações que levaram a que seja ilegal a extração de combustíveis fósseis no nosso país. Mas são também movimentos mais subtis como o Movimento das Terras de Miranda ou a Sciaena ou a Plataforma contra o Transporte de Animais Vivos.

Porque sabemos que a luta se faz nas ruas e nos territórios, e que as propostas ecossocialistas e dos movimentos são as que em cada terra fizeram frente à lógica capitalista, vamos correr o território de lés a lés para pôr em contacto todas estas realidades. Juntar gentes, juntar expressões e formas de fazer, juntar territórios e estreitar distâncias. Pôr em comum as diversas lutas que ganharam e ganham forma e que pretendem precisamente garantir vida digna, justa. Através de caminhadas e bicicletas, de concertos e peças de teatro, de oficinas de escrita, de cinema, de agit-prop ou de construção de ações de rua, através de convívios, almoços, piqueniques e jantares, sit-ins e die-ins pretendemos juntar luta às lutas, partilhar conhecimento e terreno. Pretendemos construir e agregar para denunciar, lutar e conquistar opções que decidem pela justiça climática, que expelem investimentos que canibalizam o território, que o secam e inutilizam.

Começamos já em junho, estaremos em Lisboa, Minho e Odemira, prosseguiremos posteriormente e sem limites no que nos propomos fazer, no que nos propomos criar, no que queremos mobilizar. Na educação e na habitação, no emprego e na saúde, no património, na paisagem, no ambiente, na alimentação e nos transportes, nas relações diplomáticas e económicas externas, a resposta terá sempre no seu centro a vontade de reverter o caos climático. Com a capacidade criadora e criativa que inventa mundos novos. Nestas áreas, pela dignidade e cuidado na vida, juntar os movimentos e as expressões criativas, reinventar e pensar do avesso para que sejamos viáveis.

Ainda não é o fim

nem o princípio do mundo

calma

é apenas um pouco tarde

Manuel António Pina

A crise climática é liberal

texto de João Garcia Rodrigues

Chamam-lhe "bombas de carbono". São 195 novos projetos dos gigantes do capitalismo fóssil para o aumento da extração de petróleo e gás, planeados para serem lançados nos próximos sete anos, segundo uma investigação do jornal britânico The Guardian. Perante a perspetiva de obtenção de lucros astronómicos através dos preços exorbitantes dos combustíveis, agora potenciados pela guerra, não há mecanismo de mercado que impeça a ExxonMobil, a Total, a Qatar Energy, a Saudi Aramco, a Gazprom, a Chevron, a Shell, a BP e outras grandes petrolíferas de engordar a sua produção. O poder da indústria fóssil impõe uma nova dinâmica extrativista. Só a mobilização social pode travar a barbárie.

O petróleo e gás fóssil extraído nas novas explorações provocará a emissão de pelo menos mil milhões de toneladas de CO2 para a atmosfera, o equivalente a 18 anos de emissões globais ao nível atual, tornando inviável o cumprimento de qualquer meta razoável de redução de emissões de gases com efeito de estufa. Além disso, um terço dos novos projetos depende de técnicas e fontes "não convencionais", mais arriscadas, como o fraturamento hidráulico e a extração no mar a grandes profundidades, o que aumenta os riscos de explosão e de derramamento. A perspetiva de um planeta habitável não entra nas contas do capitalismo fóssil.

Por cá, os efeitos da crise climática são nefastos. Um estudo recente da Agência Europeia do Ambiente colocou Portugal entre os países europeus com mais mortes prematuras e mais perdas económicas devido a eventos climáticos extremos nos últimos 40 anos. Sem políticas justas de adaptação às alterações climáticas, a tendência é piorar.

Perante o agravamento da crise e a crescente contestação nas ruas protagonizada pelo movimento por justiça climática, o Parlamento aprovou, em 2021, a Lei de Bases do Clima. Apesar das limitações do diploma, a política climática evoluiu. Entre as normas mais importantes consta a proibição de novas concessões de prospeção ou exploração de hidrocarbonetos. É uma vitória dos movimentos pelo clima, de Peniche ao Algarve, que lutaram durante anos contra a tentativa de extração de petróleo e gás promovida pelo governo liberal de Passos Coelho e de Jorge Moreira da Silva. À data, era dirigente da Partex — uma das concessionárias da extração de gás fóssil no Algarve — António Costa Silva, o atual ministro da Economia e do Mar. Em maio deste ano, o governante admitiu a possibilidade de haver furos na costa algarvia se as empresas apresentarem projetos. O convite é insólito por incorrer em ilegalidade, mas é também elucidativo da pulsão extrativista do novo ministério.

A negação da emergência

Elucidativa foi também a votação da Lei de Bases do Clima. Seria razoável admitir a unanimidade das diferentes forças políticas em torno da aprovação do diploma. Afinal, são tempos de crise climática os que vivemos e qualquer avanço é bem-vindo. Se a abstenção do PCP causou surpresa, mais surpreendente foi o voto contra da Iniciativa Liberal por ter sido o único partido a fazê-lo. Não se conhecem as razões liberais para a rejeição da lei do clima porque imperou o silêncio: não houve declaração de voto, nem foi apresentada qualquer proposta alternativa pelo partido.

Meses depois, João Cotrim de Figueiredo acabou com as suspeitas de negacionismo que pairavam sobre a IL, esclarecendo, durante um debate eleitoral, que o partido não nega as alterações climáticas, apenas recusa que elas sejam uma emergência. Claro que milhares de cientistas, cujo trabalho informa o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), têm provado, estudo após estudo, relatório após relatório, o contrário. Mas o líder liberal discorda e, no mesmo debate, disparou: "a emergência climática faz parte de uma agenda". Percebe-se a fuga para a frente. A crise climática agrava-se de ano para ano, revelando o falhanço da receita liberal. As "correções" das "falhas de mercado" tardam em erradicar a poluição. A tecnologia salvífica nunca mais chega e por isso não salva, e as emissões continuam a aumentar. Perante a ineficácia do mercado, a resposta liberal é a desvalorização do problema e a suspeição. Talvez a tática funcione entre prosélitos, mas evidencia desconforto com o tema e dificuldade na proposta.

São disso exemplo algumas das medidas para o clima do programa eleitoral da IL. O partido quer um "SNS verde", com "alteração gradual da iluminação dos hospitais para LED"; reivindica "rentabilização patrimonial" com as medidas de eficiência energética para proprietários de edifícios; e ambiciona mais postos de carregamento para carros elétricos. O arrojo aumenta quando se fala em ferrovia. A IL propõe que o Estado invista 20 mil milhões de euros num Plano Ferroviário Nacional para aumentar a rede de comboios em 700 quilómetros. Aparenta ser uma proposta importante para o transporte público e para retirar carros das estradas, reduzir emissões e melhorar a mobilidade no país. Mas depois percebe-se o objetivo: o investimento só se justifica se existir "uma separação entre a componente de infraestrutura versus a exploração, que deverá ser feita por modelos de concessão e em concorrência". Ou seja, o investimento é público, mas os ganhos são privados. Socializam-se os custos e privatizam-se os benefícios. A IL vê no clima e na mobilidade mais uma oportunidade para pôr o Estado a subsidiar o negócio.

Um ano decisivo que não o foi

Em 1988, o cientista James Hansen, então diretor do Instituto da NASA para os Estudos Espaciais, assegurou, perante o Congresso norte-americano, ter "99% de confiança" que a atividade humana estava a aquecer o planeta e que isso levaria a alterações drásticas no clima. Nesse ano, e após o anúncio de Hansen, reuniram-se na Conferência de Toronto sobre a Atmosfera em Mudança centenas de cientistas e representantes de governos que discutiram, pela primeira vez, metas para a redução de emissões de gases com efeito de estufa. No final do ano, as Nações Unidas inauguraram o IPCC, organizando a primeira sessão para aconselhar governos sobre as medidas a tomar. Havia consenso científico sobre a gravidade do problema e os governos ouviam. A ação climática estava prestes a arrancar.

Tudo mudou quando, pouco depois, os EUA abandonaram as negociações internacionais e os restantes governos assinaram acordos não vinculativos assentes em mecanismos de mercado, como o comércio de licenças e a compensação de emissões. A necessidade de regular a indústria fóssil e de planear a transição energética chocou com a explosão do neoliberalismo no mundo. As emissões de CO2 aumentaram 64 por cento desde então.

O ensino como espaço integral de luta climática

texto de Daniel Martins

A luta climática no Norte global surge de um contexto particularmente interessante. Enquanto no Sul global os principais atores desta luta são as comunidades mais afetadas pela crise climática, no Norte a tendência histórica é que esta disputa seja iniciada nas e pelas instituições que produzem conhecimento, - desde já um indicador da desigualdade entre Norte e Sul - no sentido em que os "cientistas" foram os primeiros a soar o alarme. Desta constatação surgem duas observações interessantes:

A primeira é que o surgimento do movimento climático no Norte global não teve base popular. Ao invés de movimentos sociais que se opuseram à produção do discurso hegemónico institucional, – os movimentos antirracistas, feministas e queer tiveram de lutar contra a produção científica dominante que legitimava a perceção das pessoas racializadas, queer ou das mulheres como factualmente inferiores – a pedra-de-toque do movimento climático foi precisamente a constatação científica de que o comportamento humano está a alterar o planeta.

A segunda é que a produção de discursos legitimadores não tem o impacto para a mudança que achávamos que iria ter. De facto, se foi uma grande conquista conseguirmos que governos por todo o mundo reconhecessem a crise climática, é com grande frustração que observamos a sua inação perante a mesma. O capitalismo tardio conseguiu manter o estado de inércia governamental mesmo quando a esfera pública reconhece o problema e pede ação.

Dito isto, é interessante observar como o movimento climático conseguiu construir a sua base popular nos espaços de ensino. Se por um lado a comunidade científica é a estrutura que dissemina estes discursos, por outro lado a comunidade estudantil é o agente que concretizou, nos últimos anos, a mobilização popular contra as alterações climáticas.

Novos movimentos: problemas e oportunidades

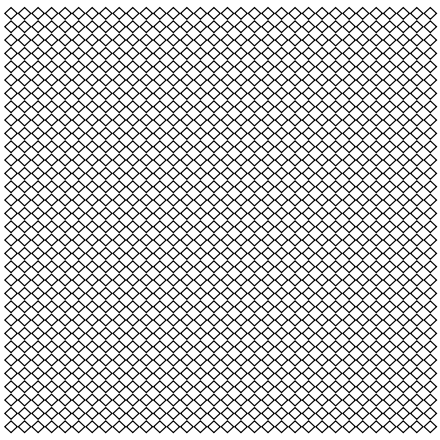
Se esta mobilização estudantil - que surge em pleno século XXI - é esperançosa, ela enfrenta-se à partida com dois problemas. O primeiro é a necessidade de um aprofundamento dos desafios e objetivos que se lhe põem. A ciência não é estática, ela avança, como analiza Khun, através do processo das revoluções científicas. E com cada mudança de paradigma sobre as alterações climáticas, os desafios e objetivos do movimento sofrem alterações. Desde a criação do IPCC em 1988, ao protocolo de Quioto adotado em 1997, aos acordos de Paris de 2015, as metas, os problemas e as soluções apresentados pela comunidade científica para a crise climática foram avançando e recuando consecutivamente. Não há uma estabilização dos objetivos reais para o movimento climático. A última meta é a de restringir o aquecimento global por apenas 1.5º, mas a história diz-nos que esta meta pode mudar rapidamente.

O segundo problema afirma-se no plano político. Afinal, a luta contra a crise climática é ou não é apolítica? Se governos de esquerda e de direita reconhecem o problema e prometem ação, o movimento climático deve manter-se apolítico? Esta questão intesifica-se com o aparecimento de um leque de soluções aparentes para a crise climática, que vão desde o capitalismo verde, ao decrescimento, à transição justa, à parceria público-privada, por aí fora. O movimento popular climático que surge no Norte global do meio estudantil confronta-se então com a necessidade de se politizar. De fazer análises da realidade e de tomar escolhas.

O desafio para a esquerda é precisamente o de politizar a crise climática entre os e as jovens. De pegar num problema cuja legitimidade é praticamente indiscutível no espaço do ensino e aprofundá-lo através de uma abordagem lúcida com objetivos estáveis. Contextualizar a luta climática e levá-la à raíz das alterações climáticas: o sistema capitalista. Este trabalho só pode ser feito através de uma abordagem holística às lutas anti-capitalistas. A interseccionalidade é, necessariamente, o pano-de-fundo para a mobilização da comunidade estudantil através de uma formação que desconstrua o sistema capitalista nas suas diferentes componentes e que coloque o ambiente no centro.

As mobilizações dos estudantes na luta pela justiça climática devem procurar mudar estrutura e cultura. Por um lado, conseguir conquistas materiais dentro do sistema universitário através das associações de estudantes e da pressão pública: a descolonização dos currículos, as universidade livres de combustíveis fósseis, a democratização dos espaços de ensino e o seu livre acesso, entre muitas outras. Por outro lado, é também necessário levar o pensamento e a cultura do combate às alterações climáticas aos espaços de ensino onde estes ainda não chegaram. Formar coletivos e núcleos ecofeministas, antirracistas, ecossocialistas nas faculdades e promover eventos culturais, de socialização, estar presente nas esferas públicas das universidades, nas manifestações. Enfim, ter uma voz dentro do mundo estudantil que consiga atrair mais pessoas.

O maior desafio que se afronta à esquerda no ensino como espaço de luta climática é também a sua maior oportunidade. Há um consenso: as alterações climáticas existem. As suas causas também são consensuais: a poluição, a sobreprodução, a exploração devastadora de recursos naturais. Resta ligar estas causas ao problema fundamental e oferecer meios de luta e de organização que permitam aos e às estudantes combater a sua própria exploração.



Do rigor científico à fábula social: Relatório do GT3 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

texto de Daniel Tanuro

O Grupo de Trabalho 3 acaba de publicar sua contribuição para o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC sobre mitigação de gases de efeito estufa. Complementa os do GT1 (sobre ciência das mudanças climáticas) e do GT2 (sobre riscos e adaptação).

Este artigo apresenta os principais pontos do documento. O seu objetivo é colocar as principais conclusões do GT3 à disposição dos ativistas, para fins informativos. Embora algumas observações sejam feitas na conclusão, não se pretende aqui repetir a crítica ecossocialista ao produtivismo capitalista e seu impasse. Já fizemos isso em outros documentos e sem dúvida mais será feito no futuro; tanto por mim como por outras pessoas (inclusive com base no relatório do GT3).

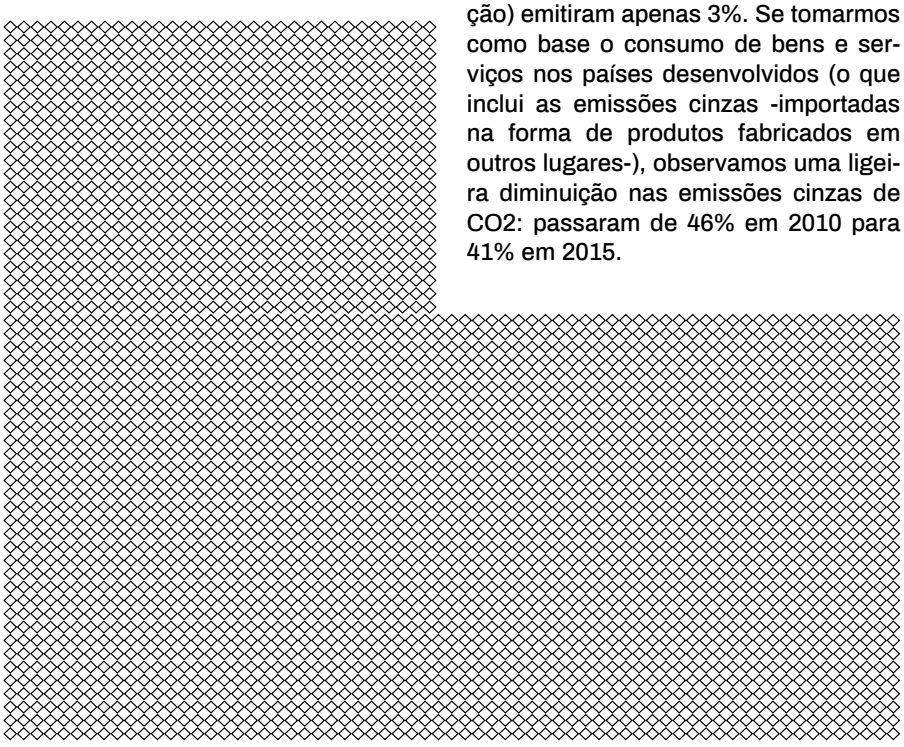
Agrava-se a catástrofe

O relatório começa por fazer um balanço do estado de mitigação das emissões. Na verdade, trata-se mais de não mitigação, dado que a emissão global de todos os gases de efeito estufa aumentaram 11% em relação a 2010. O seu volume é maior do que nunca na história da humanidade. Entre 2010 e 2018, a taxa de crescimento desacelerou um pouco: 1,3% ao ano, ante 2,3% na década anterior. As emissões líquidas acumuladas de CO2 continuam a ser o principal motor das alterações climáticas, incluindo as emissões provenientes da combustão de combustíveis fósseis. No entanto, as emissões de gases fluorados (um grupo de gases centenas a milhares de vezes mais radioativos que o CO2, alguns dos quais podem permanecer na atmosfera por milhares de anos) agora desempenham um papel importante no aquecimento. Entre 1980 e 2018, as emissões desses gases fluorados aumentaram 430%, enquanto as de CO2 aumentaram 66%.

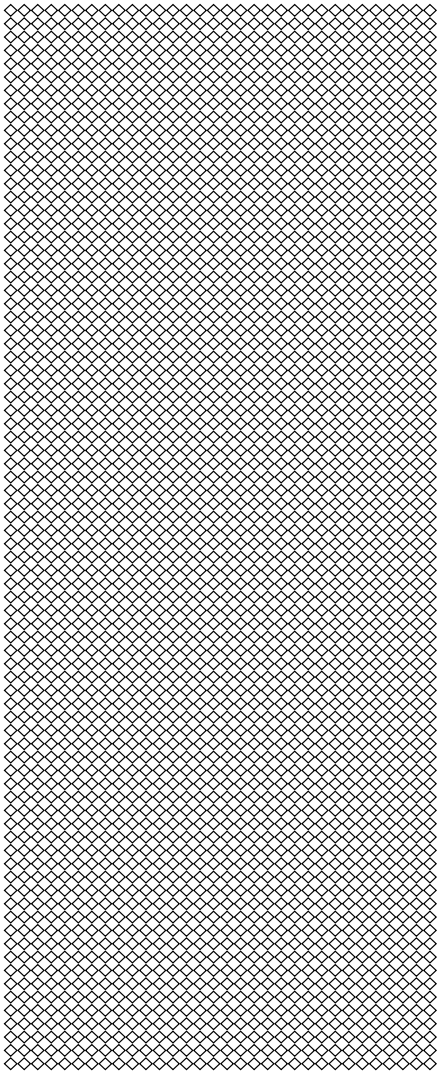
O aumento das emissões de CO2 deve-se muito mais ao consumo de energia e materiais devido ao aumento das rendas do que ao crescimento populacional. Entre 2010 e 2018, o aumento do PIB médio por pessoa aumentou as emissões de CO2 fóssil em 2,3%/ano, enquanto o crescimento populacional aumentou em 1%/ano. Alguns países conseguiram dissociar crescimento econômico e emissões, mas na maioria dos casos isso é relativo, não absoluto. As atividades mais intensivas em emissões aumentaram fortemente durante a década de 2010-2020: +28,5% para aviação, +17% para compra de SUVs, +12% para consumo de carne. A dissociação da demanda de energia do crescimento económico é apenas relativa e a descarbonização substancial dos sistemas de energia só é observável na América do Norte, Europa e Eurásia. Globalmente, a intensidade de CO2 por unidade de energia permaneceu inalterada por trinta anos.

Um pouco menos desigualdade entre países, mais desigualdade dentro dos países

Entre os países, a desigualdade nas emissões permanece gritante, embora tenha diminuído ligeiramente nas últimas décadas. Todos os gases combinados, a emissão média de gases de efeito estufa por pessoa em 2018 foi de 13,1 toneladas CO2eq nos países desenvolvidos, 14,7 toneladas na Europa Oriental e Ásia Central, 5,8 toneladas na América Latina e Caraíbas, 5,7 toneladas na Ásia-Pacífico e 4,2 toneladas na África e Oriente Médio. Entre 2010 e 2018, os países desenvolvidos (17% da população) emitiram 35% dos gases de efeito estufa; os Países Menos Desenvolvidos (PMDs, 13% da população) emitiram apenas 3%. Se tomarmos como base o consumo de bens e serviços nos países desenvolvidos (o que inclui as emissões cinzas -importadas na forma de produtos fabricados em outros lugares-), observamos uma ligeira diminuição nas emissões cinzas de CO2: passaram de 46% em 2010 para 41% em 2015.



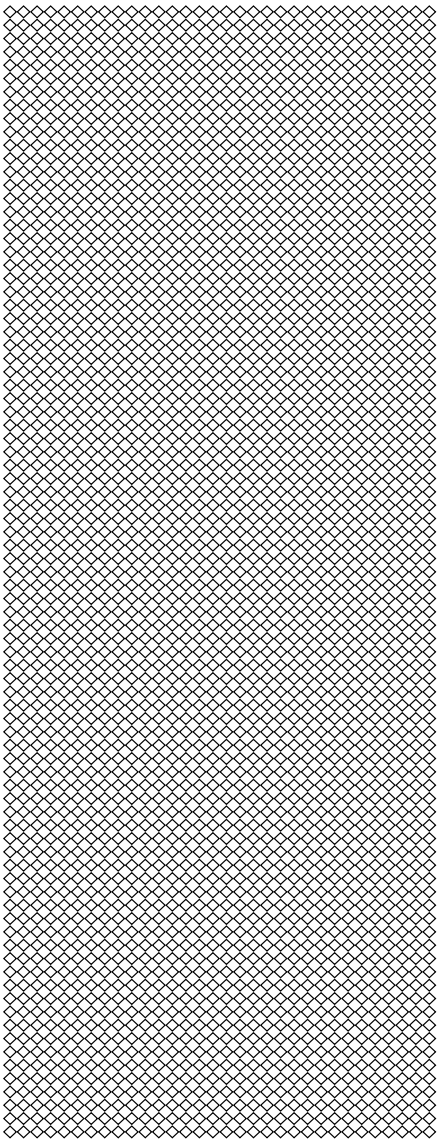
Por outro lado, a desigualdade climática dentro dos países está a aumentar, tanto em termos de rendimentos (27% da renda é capturada pelos 1% mais ricos) quanto de emissões (os 10% mais ricos causam 36-45% das emissões globais, enquanto a parcela de os 10% mais pobres são 3-5% - obviamente os dois estão relacionados). Dois terços dos 10% mais ricos vivem em países desenvolvidos, o terço restante em economias emergentes; a maioria dos 10% mais pobres vive na África Subsaariana, Sudeste Asiático, Ásia Central e América Latina. Nessas regiões vivem 20% da população local que não tem acesso à eletricidade e 37% que não tem acesso a modernas instalações de cozinha. Os modos de consumo dos ricos geram a maior pegada de carbono: por exemplo, 50% do tráfego aéreo é monopolizado pelo 1% mais rico. Em contraste, fornecer a todos os humanos na Terra acesso à energia moderna teria um impacto insignificante em termos de emissões...



A tecnologia não cumpre com o prometido

Apesar de todas as garantias capitalistas, os factos mostram que o progresso tecnológico não está a resolver o enorme desafio da estabilização climática. A taxa de crescimento anual das emissões abrandou notavelmente no setor da energia (1,4% entre 2010 e 2018, face a 3,2% na década anterior) e na indústria (1,7% face a 5,0%), mas manteve-se inalterada no sector dos transportes (cerca de 2% ao ano). Desde 2010, as reduções de custos em energia solar (87%), eólica (38%) e baterias (85%) foram fortes; os agrocombustíveis representam 90% da energia renovável utilizada nos transportes. Mas essas conquistas do capitalismo verde não nos colocam no caminho para emissões líquidas zero até 2050, o que é essencial para nos mantermos abaixo de 1,5°C de aquecimento. Além disso, os acontecimentos recentes nos mercados energéticos demonstram a reversibilidade desta evolução (ver a reativação da produção de carvão na China e a extensão da exploração de shale gas nos Estados Unidos, etc., no quadro da recuperação pós-Covid, sem mencionar o impacto da guerra de Putin na Ucrânia). Portanto, do ponto de vista produtivista, as tecnologias verdes devem andar de mãos dadas com captura e sequestro de carbono (CCS), remoção de carbono da atmosfera (CDR) e desenvolvimento nuclear. Mas essas tecnologias não estão a avançar rapidamente, entre outras coisas por causa da preocupação social com segurança e sustentabilidade.

As emissões projetadas para 2030 são maiores do que os compromissos do governo e estes, por sua vez, ficam aquém da meta de limitar o aquecimento abaixo de 1,5°C no século XXI. A diferença de emissões projetada em 2030 entre as NDCs (incluindo compromissos condicionais dos governos) e a trajetória que oferece 50% de hipótese de ficar abaixo de 1,5°C sem uma excedência temporária [desse limite] é de 25-34 GtCO2 equivalentes (de emissões totais de 59 Gt!). Para estar ciente da dificuldade em preencher essa lacuna, é importante saber que a infraestrutura de combustível fóssil existente emitirá 658 GtCO2 em 2030, e que esse volume de emissões aumentará para 846 se a infraestrutura de combustível fóssil planeada para ser construída também for incluído. Essas estimativas representam aproximadamente o dobro do orçamento de carbono compatível com o cumprimento da meta de 1,5ºC (Nota: não incluem emissões de infraestrutura projetada na indústria, edifícios e transporte)... Com uso constante da capacidade e sem modificações como a instalação de CCS de captura e armazenamento de carbono], estima-se que para ficar abaixo de 1, ºC, a vida útil das centrais a carvão e a gás existentes, que atualmente é de 39 e 36 anos respetivamente, teria de ser reduzida para 9 e 12 anos (menos se as usinas planejadas forem realmente construídas). Esses fatos são suficientes para medir a influência que as multinacionais de energia terão na transição ecológica capitalista.



Transformar o sistema?

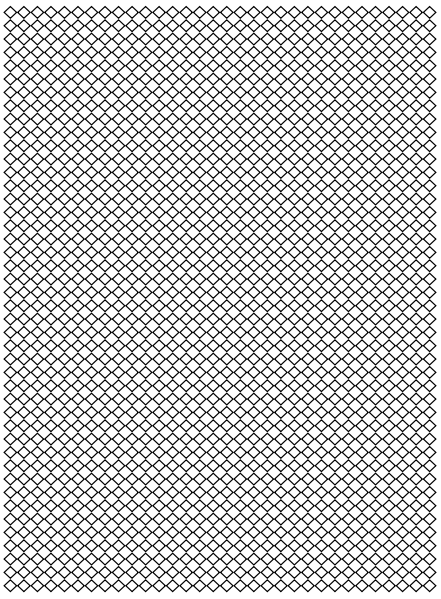
Se nenhuma outra ação climática for tomada, a temperatura média da superfície global aumentará de 3,3 a 5,4°C até 2100. Permanecer abaixo de 1,5°C requer mudanças estruturais rápidas e fundamentais em escala global. De acordo com os cenários, limitar o aquecimento abaixo de 2°C exige que as emissões globais (de todos os gases) atinjam o pico sem demora (entre 2020 e 2025). Poucos cenários ainda mostram a possibilidade de ficar abaixo de 1,5°C sem ultrapassar um pouco esse limite (0,1°C). De qualquer forma, uma ação climática fraca no curto prazo tornará as metas climáticas inatingíveis no futuro. Para ficar abaixo de 1,5ºC com probabilidade de 50% e superá-la ligeiramente, é necessário reduzir as emissões em 35-60% em 2030 e em 73-94% em 2050 (em comparação com o nível de emissões modelado em 2020).

Em cenários que limitam o aquecimento a 1,5°C com 50% de probabilidade e uma ligeira superação, o orçamento de carbono ainda disponível é de cerca de 525 GtCO2 (o orçamento de carbono leva em consideração apenas o CO2). Isso significa que a neutralidade carbónica será alcançada por volta de 2055. Se todos os gases de efeito estufa forem levados em conta, o ano das emissões líquidas zero será atrasado em cerca de doze anos. A implantação de tecnologias CDR [remoção de carbono da atmosfera] obviamente aumenta o orçamento de carbono. Reduzir as emissões de gases não-CO2 (metano, gases fluorados, etc.) não dispensa a obrigação de reduzir as emissões de carbono a zero líquido, mas aumenta o orçamento de carbono disponível para um determinado nível de aquecimento máximo. No entanto, devemos levar em conta o efeito de aquecimento que a redução de aerossóis que refletem a radiação solar teriam no espaço…

Decrescimento justo...

Podemos portanto compreender a necessidade sublinhada pelo IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas) de transformações fundamentais em todos os sectores e regiões, através de políticas que reduzam tanto as emissões de CO2 como de outros gases com efeito de estufa. Um ponto importante aqui é que o IPCC, pela primeira vez, faz eco de algumas das pesquisas que apelam explicitamente para uma ruptura com a doxa capitalista de "sempre mais". Segundo alguns investigadores, a estabilização climática não pode ser alcançada sem uma redução muito grande no consumo final de energia, uma redução tão grande que implica necessariamente uma redução na produção e transporte de materiais.

Estes investigadores não são neo-Malthusianos: todos eles insistem na necessidade daquilo a que se poderia chamar um decrescimento justo, colocando a igualdade social e a justiça climática ao mesmo nível que a estabilização do clima. Este novo caminho (nos relatórios do IPCC, é claro) ecoa teorias indígenas sobre o bem viver. Exprime-se, em parte, através dos chamados cenários de menor procura ou de vida digna, ou outras propostas (na sua maioria não modeladas) que reduzem ou eliminam a utilização de tecnologias de emissões negativas (NETs), defendem fortemente a mudança alimentar (menos carne, especialmente de vaca), cumprem mais facilmente os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, consequentemente, reduzem a pressão sobre a Terra, os ecossistemas e as pessoas - excepto sobre os ricos, claro. É significativo que o relatório do IPCC faça eco disto, mesmo que a sua orientação geral continue claramente centrada nas necessidades da acumulação capitalista (como se esta fosse uma lei da natureza).



... ou o recurso às Tecnologias de Emissão Negativa

Em relação a estas necessidades de acumulação, o relatório do IPCC desenvolve substancialmente o perigo de "travagem" na utilização de combustíveis fósseis. Considera - e com razão - que existe um grande risco de adiar as medidas necessárias para além da década de 2020-2030, sob a pressão de "interesses instalados". A nível mundial, as emissões do sector energético têm de diminuir 2,2% a 3,3% por ano até 2050 para se manterem abaixo de 1,5ºC. As tecnologias de baixo carbono (nota: este termo, no léxico do IPCC, inclui o nuclear) devem produzir 90-100% da electricidade até 2050 (sendo, actualmente, inferior a 40%). Ao mesmo tempo, a percentagem de electricidade no consumo final de energia deverá aumentar para 40% em 2050 para se manter abaixo de 1,5°C (20% hoje em dia). O que está em jogo para as multinacionais de combustíveis fósseis é um colosso: se a política climática estiver à altura do desafio, os activos irrecuperáveis (desvalorização do capital) poderão ascender a triliões de dólares...

Como vimos, as tecnologias de emissões negativas (NETs) são uma das formas de os governos poderem aumentar o orçamento do carbono, adiar o prazo para as "emissões zero" e, assim, aliviar a ameaça de desvalorização do capital para os sectores dos combustíveis fósseis. A implementação destas tecnologias é, portanto, necessária na maioria dos cenários que limitam o aquecimento a menos de 1,5°C (excepto nos cenários de decrescimento justo discutidos acima). Para o IPCC, o CDR (do inglês Carbon Dioxide Removal, Remoção de Dióxido de Carbono) é utilizado para compensar as emissões residuais em sectores onde as emissões são difíceis de reduzir (aviação, navegação, agricultura, aço, cimento, petroquímica). A tecnologia mais simples e mais barata de emissões negativas é a utilização da absorção de CO2 pelos ecossistemas. Em comparação, este relatório do IPCC é muito mais reservado sobre a BECCS (do inglês Bioenergy with Carbon Capture and Storage, Bioenergia com Captura e Armazenamento de Carbono) do que o anterior. No AR5 (Relatório V de avaliação do IPCC), 95% dos cenários climáticos baseavam-se numa implan-

tação maciça desta tecnologia. Agora, o IPCC diz-nos que o seu potencial de mitigação "diminuiu", que a sua aplicação em massa pode ter efeitos adversos e que é necessária mais investigação científica. A mesma necessidade de mais investigação é invocada para outras tecnologias que alguns apresentaram como soluções milagrosas: captura-sequestração directa de CO2 no ar, fixação de CO2 por erosão e transformação de certas rochas em carbonatos, etc. De todos estes sistemas, o IPCC diz-nos agora que podem ter efeitos negativos nos ecossistemas e nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)...

Viabilidade social e pensamento piedoso: o IPCC no País das Maravilhas

Em geral, e de acordo com o IPCC, o potencial existente de reduções de emissões alcançáveis até 2030 reduziria para metade as emissões, e as opções de mitigação com um custo inferior a 20 dólares por tonelada de CO2 representariam metade deste potencial. Mas, nos primeiros anos, isto requer grandes investimentos a longo prazo e profundas transformações a curto prazo. Isto levanta a questão da viabilidade social, pelo que o IPCC considera que a energia solar, a energia eólica, a gestão do lado da procura, a reabilitação de edifícios, a eficiência energética, a electromobilidade e as transições do sistema urbano enfrentam menos resistência do que as tecnologias nucleares e as tecnologias negativas em matéria de emissões.

No geral, este relatório, tal como o relatório do Grupo de Trabalho 2 do IPCC, é consideravelmente menos tecnocrático e economicista do que o anterior. Tal como o relatório do Grupo de Trabalho 2 sobre o risco e a adaptação, o relatório sublinha a prioridade da equidade e da participação das partes interessadas no contexto de uma transição justa. Os autores salientam que as mudanças individuais de comportamento por si só não podem reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa. Salientam que estas mudanças devem ser incorporadas em mudanças estruturais, culturais e institucionais. Inclusivamente, destacam a importância dos movimentos sociais, especialmente os movimentos de juventude, na mudança de linha contra os interesses estabelecidos....

Simultaneamente, tal como acontece com o relatório do GT2, este relatório é permeado pela ideia profundamente irrealista de que seria possível reunir interesses sociais antagónicos para salvar o clima da Terra em harmonia universal, sem questionar minimamente a propriedade privada da economia, a concorrência por quotas de mercado, a produção com vista ao lucro e a produção pela produção que decorre automaticamente desta. Seria suficiente instalar novas normas sociais. E para isso, seria suficiente para os 10-30% da população, especialmente a de elevado estatuto social e que pode dar-se ao luxo de reduzir as suas emissões, evitasse voar, vivesse sem carro, mudasse para a electromobilidade e investisse em empresas de baixo carbono para que se tornassem os modelos de um novo modo de vida....

Continua a fascinar-me ver como mentes científicas aguçadas e rigorosas preferem contar a si próprias fábulas em vez de tirar as conclusões sociais correctas das suas próprias análises...